

A Opinião do Estadão nas Rupturas Políticas de 1964 e 2016¹

Mauro de Queiroz Dias JÁCOME²
Luísa Guimarães LIMA³
Centro Universitário IESB, Brasília, DF

RESUMO

O artigo tem por objetivo comparar os discursos de *O Estado de São Paulo* nas quedas de João Goulart e de Dilma Rousseff. Tendo em mente o poder de influência na opinião pública, foram analisados dez editoriais nos períodos que cercam os dois fatos históricos. Com os resultados obtidos, foi possível visualizar pontos de conexão entre as linhas editoriais adotadas no sentido de moldar a opinião pública e convocá-la a pressionar as forças de oposição no sentido de afastar os dois presidentes do poder.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Editorial; Estadão; Golpe; Impeachment.

1 INTRODUÇÃO

A queda do presidente da República em um país dito democrático não é, ou não deveria ser, um fato histórico comum. Muito menos quando é cercada de elementos obscuros e questionáveis em vários aspectos. A recente ruptura política brasileira, com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, foi recheada de variantes que nos levam a refletir sobre o desenrolar e, se analisados a fundo, sobre a legitimidade do processo.

Os movimentos das principais peças vencedoras do jogo de xadrez disputado nos últimos anos são suspeitos: a coordenação sincronizada de agrupamentos - autointitulados falsamente como apolíticos - na propaganda, arregimentação e condução de massas em protestos ao governo Dilma; a guinada de partidos políticos e de seus quadros rumo à oposição mesmo sendo da base de apoio à esse governo; a atuação jurídica com forte teor político-partidário de segmentos do Poder Judiciário; a campanha massiva e contundente dos principais veículos de comunicação em oposição ao Partido dos Trabalhadores e a seus governos.

Esses fatores, e muitos outros, têm sido estudados e produzido volumosos argumentos. Na idealização deste artigo, alguns aspectos foram restringidos e outros ampliados.

¹Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 13 a 15 de junho de 2018.

² Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Jornalismo do IESB, Brasília-DF, e-mail: mauro.jacome@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo do IESB, Brasília-DF, e-mail: luisaglima@hotmail.com

Com relação ao processo de impedimento de Dilma Rousseff, reduzimos a análise dos fatores à atuação da grande imprensa. Nesse segmento, limitamos a abrangência a um veículo de comunicação – jornal *O Estado de São Paulo* - e ao gênero Editorial.

Para atender ao objetivo da pesquisa, procuramos outro momento histórico que tivesse características similares e relevantes. O Golpe Civil-Militar de 1964 teve ingredientes semelhantes aos do processo histórico vivido no Brasil entre maio e agosto de 2016: ambos os governos (João Goulart e Dilma Rousseff) tinham nuances de ideologias de esquerda; despertavam antipatia da elite empresarial e de importantes formadores de opinião; no momento da ruptura política, enfrentavam aguda crise econômica e estavam com o poder fragilizado. Encontrados esses pontos de intersecção, o caminho estava aberto para comparações entre os dois períodos.

A análise do posicionamento político do jornal *O Estado de São Paulo* nos processos de ruptura política em 1964 (deposição de João Goulart) e em 2016 (Impeachment de Dilma Rousseff) foi efetuada avaliando-se uma amostra de editoriais do veículo nos dias que antecederam as datas-chaves (31/03/1964 e 31/08/2016) e os imediatamente posteriores.

No caso de 1964, foram selecionados, também, editoriais dos dias que cercaram o comício de João Goulart na Central do Brasil, Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. O evento foi considerado uma das molas propulsoras da queda do presidente. Com relação ao impeachment de Dilma Rousseff, os editoriais que precederam e que sucederam o afastamento da presidenta (12/05/2016) foram incluídos na amostra analisada.

Dos 53 editoriais pré-selecionados – trinta e um de 1964 e vinte e dois de 2016, foram escolhidos dez, que consideramos representativos para responder à questão-problema definida no início do desenvolvimento do trabalho de pesquisa: há similaridades no discurso do jornal *Estadão* às vésperas das quedas de João Goulart e de Dilma Rousseff? Os editoriais escolhidos foram:

- Os grandes comícios (12/03/1964)
- O direito pelo avesso (13/03/1964)
- O comício (14/03/1964)
- Uma lição da História para o Brasil (31/03/1964)
- O significado maior de uma vitória (02/04/1964)
- Depois do desastre, o esquecimento (11/05/2016)
- Retorno à irrelevância (12/05/2016)
- O PT abre o jogo (26/08/2016)
- Um tigre de papel (31/08/2016)
- O fim do torpor (31/08/2016)

Revisamos na literatura conceitos que dizem respeito aos processos de rupturas políticas e conceitos que se enquadram no objetivo dos veículos de comunicação de influenciar a opinião pública. Nos conteúdos dos editoriais, selecionamos mensagens diretas e subliminares, termos que ajudassem na classificação dessas mensagens e analisamos a linguagem utilizada nos dois períodos de tempo. Os elementos observados teriam que responder algum dos seguintes questionamentos:

- Pedem, explícita ou implicitamente, pela saída de João Goulart e Dilma Rousseff?
- Indicam que a situação vai melhorar após a saída dos presidentes?
- Quais argumentos (economia, constituição, ideologia, família, religião) utilizam para defender a saída?
- Definem os presidentes como autoritários, demagogos, incompetentes, manipuladores, comunistas, antipatriotas?
- Utilizam adjetivos depreciativos e preconceituosos contra os ex-presidentes?

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Golpe de Estado

Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, é a “subversão da ordem constitucional”. No entanto, por trás do conceito, há fatores desencadeantes e elementos constitutivos para a transição do estado de normalidade política para a “tomada do poder por meios ilegais” (BONAVIDES, 1994, p. 454).

Para que o poder político seja exercido na sua plenitude e atenda aos anseios sociais, é necessário que dois princípios sejam observados: o da legalidade e o da legitimidade. Segundo Bonavides (1994, p. 120), o princípio da legalidade pressupõe que as leis sejam cumpridas na sua plenitude: “todo poder estatal deverá atuar sempre de conformidade com as regras jurídicas vigentes”. À legitimidade, além dos requisitos legais, aderem-se questões subjetivas: “sua legitimidade será sempre o poder contido naquela constituição, exercendo-se de conformidade com as crenças, os valores e os princípios da ideologia dominante, no caso a ideologia democrática”. (BONAVIDES, 1994, p. 121).

Na contramão da normalidade institucional, ou seja, em contradição à legalidade e à legitimidade, há o Golpe de Estado. O autor relaciona as “características do golpe de Estado: a surpresa, a subitaneidade, a violência, a frieza do cálculo, a premeditação, a ilegitimidade” (BONAVIDES, 1994, p. 454). Observa-se que essas características não são, necessariamente

presentes em todos os golpes de estado. O regime militar adotado a partir de 1964 no Brasil, por exemplo, utilizou-se de métodos de tortura, assassinatos e outras violências com o objetivo de aniquilar qualquer tentativa de oposição ao regime. No entanto, devido à surpresa, à subitaneidade e ao descrédito em golpe pelo poder constituído, os militares não precisaram utilizar da violência no processo de tomada do poder no dia 31 de março. Chegaram e ocuparam um vácuo deixado por um governo hesitante e sem objetivos claros, portanto, frágil.

A premeditação pode ser vista por dois enfoques. Mesmo com o desejo aflorado de parte da sociedade civil - principalmente elite empresarial e grande imprensa - da militar e, ainda, da internacional liderada pelos EUA, os movimentos conspiratórios não tinham concluído a organização do golpe. O General Olímpio Mourão Filho, que comandava a 4ª Divisão de Infantaria, em Juiz de Fora, ao partir com suas tropas em direção ao Rio de Janeiro para depor o presidente João Goulart, precipitou o golpe. Por outro lado, pelas revelações posteriores, mesmo que Mourão Filho não o tivesse feito, forças militares agiriam alguns dias depois.

A ilegitimidade, por sua vez, é elemento obrigatório, pois o golpe de estado acontece “sempre a expensas da Constituição e se apresenta qual uma técnica específica de apoderar-se do governo, independente das causas e dos fins políticos que a motivam” (BONAVIDES, 1994, p. 455).

Para Bobbio (1998, p. 555), “o Golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado”. Após a consolidação de Estados constitucionalistas pelo mundo, os golpes tendem a ter como ator principal os próprios detentores do poder político:

Na maioria dos casos, quem toma o poder político através de Golpe de Estado são os titulares de um dos setores-chaves da burocracia estatal: os chefes militares. O golpe militar ou pronunciamento, segundo palavra cunhada pela tradição espanhola, tornou-se, assim, a forma mais frequente do Golpe de Estado. (BOBBIO, 1998, p. 555).

É condição *sine qua non* para o Golpe de Estado, a tomada e o controle do comando de poder. Nos tempos atuais, é fundamental a ocupação dos postos tecnológicos (meios de comunicação, fornecimento de energia elétrica, rodovias e ferrovias). Portanto, é fator crítico de sucesso a participação, senão integral, pelo menos ativa de forças militares e policiais. Daí o significativo protagonismo dessas forças nos inúmeros golpes militares após a Segunda Guerra Mundial, principalmente, na América Latina.

Bobbio define alguns indicadores para caracterizar Golpe de Estado, inclusive, diferenciando-o de revoluções (que propõe alterações nas relações políticas, econômicas e sociais):

1) Na tradição histórica, o Golpe de Estado é um ato efetuado por órgãos do Estado. Em suas manifestações atuais, o Golpe de Estado, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade; 2) As consequências mais habituais do Golpe de Estado consistem na simples mudança da liderança política; 3) O Golpe de Estado pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política e/ou social, embora isso não seja um elemento normal ou necessário do próprio golpe; 4) Habitualmente, o Golpe de Estado é seguido do reforço da máquina burocrática e policial do Estado; 5) Uma das consequências mais típicas do fenômeno acontece nas formas de agregação da instância política, já que é característica normal a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos. (BOBBIO, 1998, p. 557).

2.1.1 1964

A renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, deixou a débil organização política do Brasil por um fio até 1964. Logo após a saída de Quadros, houve resistência à posse do vice-presidente João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas: os ministros militares, apoiados por importantes lideranças das forças armadas e de grupos civis antigetulistas, tentaram impedir que João Goulart assumisse o poder. O Congresso Nacional confirmou a posse de Jango, mas aprovou Emenda Constitucional que instalou o parlamentarismo com o objetivo de diminuir os poderes do presidente.

O governo de João Goulart foi recheado de problemas políticos e econômicos. Pressionado pelas esquerdas, vacilava em lançar mão de reivindicações desses setores. A situação econômica do país agravava-se. A inflação crescia ano a ano, os investimentos externos caíam, greves se multiplicavam. Enfim, ninguém estava satisfeito.

A crise tomou proporções exponenciais depois do comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. João Goulart lançava seu governo em prol das reformas atendendo os setores que “vinham há muito tempo procurando convencê-lo de que suas meias medidas conciliatórias eram a fonte de suas dificuldades políticas” (SKIDMORE, 1982, p. 346).

Os conservadores brasileiros, que já tinham ligado o sinal de alerta, inflamaram-se definitivamente e os protestos organizados pipocavam. Gaspari explica as reações:

A guinada dividira o país. O conservadorismo paulista respondera ao comício do dia 13 com uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade em que se reuniram perto de 200 mil pessoas com faixas ameaçadoras (“Tá chegando a hora de Jango ir embora”) e divertidas (“Vermelho bom, só batom”). O Congresso, com maioria conservadora, mostrava-se disposto a bloquear os

projetos de reforma e a cozinhar o surto esquerdista até o ano seguinte. (GASPARI, 2002, p. 48-49).

Não faltava mais nada para o golpe, exceto o estopim. E ele foi aceso no dia 30 de março de 1964, com participação do presidente numa reunião de sargentos no Automóvel Clube:

Foi uma decisão que correspondeu praticamente a um suicídio político. Deixando de lado o texto preparado de seu discurso, recusou-se a fugir à responsabilidade dos ataques à disciplina militar. O tom com que discursou foi o de uma beligerante oração de despedida. (...) o discurso de Jango foi transmitido pela televisão. Um dos espectadores, conspirador militar antigo, achou que chegara a hora de agir. (SKIDMORE, 1982, p. 362).

Esse espectador tinha nome: General Mourão Filho. Segundo os historiadores Silva e Carneiro, “no dia seguinte, os jornais de maior projeção no país traziam um noticiário hostil, com duras críticas e ataques ao Governo” (SILVA, CARNEIRO, 1998, p. 117).

O golpe explodiria no dia seguinte ao discurso do presidente, inclusive, com retaguarda dos EUA: “Em Washington, trabalhava-se havia dez dias na armação de uma força-tarefa naval que, em caso de necessidade, zarparia para a costa brasileira”. (GASPARI, 2002, p. 59).

De qualquer perspectiva que se olhe a substituição do comando do governo, é clara a aderência aos conceitos elaborados por Norberto Bobbio e Paulo Bonavides e outros conceitos clássicos presentes na literatura. Em suma, o enquadramento da deposição de João Goulart, em 1964, no conceito de Golpe de Estado está pacificado.

2.1.2 2016

Conforme vimos nas definições apresentadas anteriormente, o impeachment de Dilma Rousseff não obedece a algumas características formais. Retornando com a definição de Paulo Bonavides, o Golpe de Estado tem as seguintes características: “a surpresa, a subitaneidade, a violência, a frieza do cálculo, a premeditação, a ilegitimidade” (BONAVIDES, 1994, p. 454).

Os três primeiros elementos – surpresa, subitaneidade, violência – não estiveram presentes. No entanto, houve frieza do cálculo, principalmente com a articulação política de Eduardo Cunha e com as atitudes conspiratórias de Michel Temer, do PMDB, do PSDB, MBL, entre outros.

A premeditação também foi líquida e certa, ao ser construída a partir da primeira brecha político-legal, nem que para isso fosse necessário interpretar o arcabouço jurídico para encaixá-lo nos interesses dos grupos que visavam o poder. A conspiração era cantada em verso e prosa pelos que, depois, assumiram o poder.

A legitimidade foi, e ainda é, questionada. Não há elementos que tornem o processo de impeachment indiscutível. Nem os condutores da ruptura política têm essa segurança, tanto é que se apegaram a um dispositivo “legal” inventado às pressas: “pelo conjunto da obra”.

Apesar da falta de alguns elementos constitutivos definidos na literatura para se classificar como Golpe de Estado e do pouco tempo decorrido para se ter opiniões menos controvertidas, os passos seguintes à saída da ex-presidenta trouxeram à tona os objetivos principais da movimentação política dos protagonistas. Para alimentar a tese do golpe, há a atitude condescendente desses atores com as mazelas, as denúncias de corrupção, as trocas de dinheiro público por votos favoráveis aos atuais donos do poder. Percebe-se também a parcialidade não disfarçada de determinados magistrados, ao deixarem transparecer, em alguns casos, que protegem agentes flagrados em situações idênticas a outras em cujos autores foram condenados.

Como vimos anteriormente, Bobbio relaciona, na sua obra *Dicionário de Política*, alguns indicadores que auxiliam categorizar, ou não, Golpe de Estado às rupturas políticas. Dos cinco pontos, podemos dizer, primeiro, que o processo de impeachment foi conduzido pelos órgãos de Estado. No entanto, esse fator é neutralizado pela própria característica fundamentadora do impeachment, pois é, e deve ser, conduzido por órgão de Estado. Quanto às demais características: a) houve uma simples mudança de liderança política; b) o processo foi disparado e acompanhado por mobilização política e social (por exemplo, as denominadas *Jornadas de Junho*); c) mesmo que tenhamos presenciado, em uma ou outra ocasião, repressão a manifestações contrárias ao impeachment, não podemos cravar isso como uma característica; d) houve forte aglutinação política, mas pela conveniência fisiológica e não pela instituição de partido único.

A professora de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Carol Proner, na apresentação do livro *A Resistência Internacional ao Golpe de 2016*, segue na linha de que houve um golpe contra Dilma Rousseff e é categórica:

(...) vivemos um Golpe, inédito, novidadeiro, branco, parlamentar, possibilitado por uma articulação corrupta midiaticizada e com o beneplácito da elite empresarial, de setores do Poder Judiciário e do Ministério Público para assaltar o poder sem disputar eleições. (PRONER, 2016, p. 14).

Ivana Jinkings também classifica que, em 2016, o Brasil viveu um Golpe de Estado, no livro *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Na apresentação do livro, Jinkings diz:

O Brasil vive um golpe de Estado. A frase acima não admite tergiversações ou volteios em seu entendimento. A pílula não pode ser dourada. Trata-se de uma ruptura de novo tipo, distinta das observadas nos países sul-americanos entre os anos 1960-1980. (...) Em 2016 isso se repete no país. A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras. (JIKINGS, 2016, p. 12)

Ao aprofundar e estudar os fatores presentes nos dois períodos históricos brasileiros, emerge muito forte a famosa passagem de Karl Marx no livro *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (MARX, 2011, p. 25)

2.2 Jornalismo Opinativo

Jornalismo opinativo é um dos tipos existentes para cumprir algumas das finalidades do jornalismo: informar, documentar, analisar, prestar serviços. Antes, mais presente no jornalismo impresso e no rádio, hoje, faz parte dos telejornais e, principalmente, do webjornalismo. Segundo José Pedro Sousa:

O jornalismo opinativo é essencialmente persuasivo e baseia-se na argumentação, embora muitas vezes se assista à apresentação e valoração de fatos, que alicerça, a argumentação. Normalmente, o autor propõe e procura tecer juízos sobre a realidade, ou tenta fazer triunfar uma ou mais teses sobre assuntos da actualidade, por vezes à luz de princípios político-ideológicos. É o tipo de jornalismo que se encontra nos artigos de opinião e que abunda nos periódicos doutrinários. (SOUSA, 2004, p. 30).

Sousa (2004, p. 92), reforça que o texto argumentativo, característica da opinião, além do viés persuasivo, visa “o convencimento do leitor acerca de determinada interpretação e explicação para acontecimentos e problemáticas”, ou seja, tem por objetivo conquistar o leitor para as teses apresentadas.

Ao relacionar as categorias de jornalismo - informativo, opinativo, interpretativo e diversional - José Marques de Melo utiliza-se da função do jornalismo opinativo definido por Raymond Nixon e reforça a ideia de formação de opinião, deixando o objetivo de persuasão implícito:

(...) reage diante das notícias, difundindo opiniões, seja as opiniões próprias, seja as que lê, ouve ou vê. Nesse sentido, assemelha-se à instituição do *Forum* na Grécia Antiga, atuando como conselheira, como formadora de opinião. (MELO apud NIXON, 1994, p. 28).

Dentre os vários gêneros existentes no jornalismo opinativo, vamos nos ater ao editorial porque expressa a visão de mundo e os princípios defendidos pelo próprio veículo e não por terceiros.

2.2.1 Editorial

Ao editorial é reservado o posicionamento oficial do veículo de comunicação sobre os acontecimentos que cercam a sociedade. Conforme o quadro referencial dos dirigentes e da linha editorial, o veículo emite as opiniões. Além de sinalizar ao leitor seus pontos de vista, almeja conquistar adesões à interpretação dos fatos.

Como exprime uma interpretação e “é elaborado em conformidade com a linha de orientação do órgão jornalístico” (SOUSA, 2004, p. 100), em regra, o editorial não é assinado para configurar o posicionamento institucional e não individual.

Outra característica importante é a localização nos meios impressos. Segundo Sousa:

Habitualmente, é posicionado logo na primeira página ou nas páginas editoriais, assim designadas porque são o espaço dedicado por excelência às principais colunas, crônicas e artigos de análise e opinião sobre temas fortes da actualidade. (SOUSA, 2004, p. 100).

José Marques de Melo (1994, p. 95) define editorial como sendo “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão”, no entanto, chama a atenção sobre essa “opinião oficial da empresa”. Segundo Melo, o editorial não se restringe à opinião dos proprietários diretos, mas também dos acionistas majoritários, dos anunciantes, dos demais financiadores, inclusive, em alguns casos, do Estado.

Nesse complexo jogo de interesses, o discurso do editorial “constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico” (MELO, 1994, p. 96) que precisam ser conciliados.

Vários jornais impressos, em seus manuais de redação, conceituam editorial. Há pontos de convergências, mas também nuances particulares e orientadores ao corpo editorial do veículo. A Folha de São Paulo tem a seguinte definição para editorial:

Texto que expressa a opinião de um jornal. Na Folha, seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar o sarcasmo, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela Folha. (Folha de São Paulo, 2001, p. 66).

O Manual de Redação e Estilo do O Globo não define, especificamente, o editorial, mas o que entende por opinião:

O jornal diz o que pensa em seus editoriais; articulistas e colunistas fazem o mesmo em textos assinados, e para eles a liberdade de estilo é tão grande quanto a de opinar. (...) As notícias do jornal são a matéria-prima natural da opinião, mas não a única. O artigo ou editorial realmente útil suplementa a notícia com pesquisa e informação adicional. (GARCIA, 1992, p. 34)

No site do jornal O Globo (2011), encontra-se uma breve definição de jornalismo segundo a ótica da empresa. O texto confirma que um dos gêneros presentes no jornal é o editorial “com a opinião do veículo” e que “a opinião do veículo vê a realidade sob o prisma das crenças e valores do próprio veículo”. Mais à frente, relaciona os “atributos da informação de qualidade” e, no item 1 “A isenção”, informa que se esforçará “para que o público possa diferenciar o que é publicado como comentário, como opinião, do que é publicado como notícia, como informação”. Nas regras definidas ao staff de jornalistas vinculados à empresa de como proceder diante “do veículo para qual trabalha”, observa-se que:

Os veículos do Grupo Globo expressam, em seus editoriais, uma opinião comum sobre os temas em voga. Os textos podem e devem divergir no estilo, no enfoque, na ênfase nesse ou naquele argumento, mas a essência é a mesma. Essa opinião deve refletir a visão do seu conselho editorial, composto por membros da família Marinho e jornalistas que dirigem as redações. Nenhum outro jornalista do grupo precisa, porém, concordar com tais opiniões, que, em nenhuma hipótese, influenciarão as coberturas dos fatos. Estas, como exposto aqui extensivamente, devem se pautar por critérios de isenção. (O Globo, 2011).

No Manual de Redação e Estilo (Martins, 1997), de O Estado de São Paulo, está registrado que o jornal tem opiniões e os editoriais as externam. Por outro lado, o noticiário deve se pautar pela informação. Caso seja essencial alguma interpretação, o repórter deve submetê-la à Direção da Redação.

O Estadão mantém no seu site arquivo contendo o Código de Conduta e Ética seguido pela empresa. Na página 4, define a linha editorial do Grupo Estado:

É o detalhamento da missão editorial. Sob o influxo da missão editorial, o Grupo define suas crenças fundamentais, seus valores e princípios. A linha editorial é a identidade do Grupo. É a visão opinativa do Grupo a respeito dos principais acontecimentos, sempre fiel à missão editorial e às orientações aprovadas pelo seu Conselho de Administração. (O Estado de São Paulo, p. 4)

3 O ESTADÃO E AS RUPTURAS POLÍTICAS EM 1964 E 2016

Percorrendo o material desses dois fatos históricos, observa-se que o Estadão tem aversão às práticas que fujam à cartilha tradicional conservadora (defesa da propriedade, do mercado, da supremacia do capital sobre o trabalho, pouca relevância às políticas públicas sociais). Se não se encaixarem nesses paradigmas, em regra, o jornal procura rotulá-las de comunismo, de subversão, de populismo ou de demagogia.

Ao se comparar os editoriais de 1964 com os de 2016, cinquenta e dois anos de distância, observa-se que houve mudança significativa na linguagem. Dos termos empolados que construíam um discurso quase de palanque dos anos 60, à narrativa atual, mais coloquial, mais agradável, próxima do cotidiano e que pode alcançar qualquer que seja a classe social.

Os editoriais de 1964 apresentavam sua oposição política a João Goulart ao atribuir-lhe adjetivos que giravam em torno do comunismo e de uma suposta ditadura que o ex-presidente estaria desenvolvendo.

A máquina de governo de Jango, as ações governamentais, a base de apoio, recebiam inúmeras qualificações para classificá-las como comunistas: “Estado-maior comunonacionalista”, “Órgãos competentes da ditadura”, “Evangelho vermelho”, “Revoluções comunistas”, “Táticas e receitas revolucionárias”, “Ideologia bolchevique”, “Minoria comunista”, “Estratégia e tática revolucionária”, “Ética revolucionária ortodoxa”.

Quanto ao regime, os textos eram recheados de termos que o definiam como uma ditadura. Além do termo “ditadura” propriamente dito, era comum encontrarmos “Regime pré-totalitário” ou “totalitarismo”. Para a mudança de regime, mencionava que estava a caminho uma “revolução” pelas “hostes revolucionárias”.

Para o ex-presidente, o periódico reservava palavras que o ligassem à “subversão” ou à “pregação subversiva” quando defendia as famosas reformas de base. A atribuição do termo “caudilho” foi muito comum a João Goulart. No episódio chamado de Revolta dos Marinheiros, em março de 1964, o Estadão escreveu que Jango tinha por objetivo o “estabelecimento do caos” e a “destruição da hierarquia” militar.

Cabem alguns exemplos para auxiliar na compreensão do exposto. No dia 12 de março de 1964, véspera do comício na Central do Brasil, o editorial *Os grandes comícios* comparou o evento no Rio de Janeiro a alguns realizados por ditadores europeus: “Mussolini, Hitler, Franco reuniam, nos tempos áureos do fascismo, mais de 500 mil pessoas nas praças públicas para ouvir suas arengas” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1964a, p.3).

O direito pelo avesso, de 13 de março de 1964, tratou da ameaça do ex-presidente de intervenção federal na Associação Comercial do Rio de Janeiro, após um de seus diretores

conclamar, contra o governo, “as classes produtoras para a defesa da Constituição e das instituições do regime” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1964b, p.3). O jornal expõe: “S. Exa. não perde oportunidade de manifestar o seu repúdio a tudo o que caracterize verdadeiramente a democracia, aliando-se publicamente, para a sua desfiguração, aos mais notórios propagandistas das ideologias totalitárias” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1964b, p.3).

No dia seguinte aos discursos do presidente na Central do Brasil, o editorial *O comício* qualificou a atmosfera brasileira como um período revolucionário: “Ditadura, embora não institucionalizada, é uma situação de fato. (...) a revolução foi pregada (...) [Leonel Brizola] se julga na Rússia de 1917” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1964c, p.3).

Observa-se que a posição oficial do jornal era pela destituição de João Goulart. Não houve trégua no período que antecedeu ao Golpe Civil-Militar de 1964 e houve comemoração quando o Exército Brasileiro tomou o poder das mãos de Jango. Inclusive, por mais paradoxal que possa parecer, o jornal definiu no editorial *O significado maior de uma vitória*, do dia seguinte ao golpe, que, com a intervenção militar, “a democracia brasileira venceu a ditadura sob cujas estruturas a Nação vegetava” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1964c, p.3).

Transpondo os cinquenta e dois anos que separam a deposição de João Goulart e o processo de afastamento e de impeachment de Dilma Rousseff, o jornal O Estado de São Paulo mudou as palavras, mas manteve a linha editorial avessa aos governos posicionados mais à esquerda.

Em 2016, o termo comunismo e outros que o cercam foram substituídos pelo “Lulopetismo”. Este termo, com fundo pejorativo, tem por objetivo rotular qualquer ação que tenha proximidade com as políticas adotadas pelos governos do PT. Apesar de abstrato e genérico, é atribuído aos militantes ou mesmo a quem defenda o Partido dos Trabalhadores ou alguma política pública dos governos de Lula e Dilma Rousseff e, ainda, tenha simpatia pela personalidade do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Outra estratégia utilizada para mostrar ao seu leitor sua oposição aos governos do PT, foi direcionar suas críticas muito mais ao ex-presidente do que a Dilma Rousseff.

Em 12 de maio de 2016, dia da aceitação para o início do processo de impeachment de Dilma Rousseff, o editorial *Retorno à irrelevância* é recheado de referências a Lula. Entre elas, o seguinte trecho resume a opinião do veículo em relação ao ex-presidente:

Julgando-se um semideus da política, Lula criou Dilma do nada e empenhou seu capital político para conduzi-la ao cargo mais alto da administração do País, apenas para provar que podia. Portanto, é na descomunal vaidade de Lula que se deve procurar a origem da profunda crise que o País ora enfrenta – e foi em reação a essa irresponsabilidade que o País se levantou, em apoio ao

impeachment de Dilma e em repúdio a Lula. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2016b, p.3)

A Dilma, o jornal, quase que invariavelmente, reservava o termo “incompetência”. Ficou clara essa referência em *O fim do torpor*, de 31 de agosto de 2016: “Dilma não apenas contrariou seu criador, ao insistir em concorrer à reeleição, como o enterrou de vez, ao provar-se a maior incompetente que já passou pelo Palácio do Planalto” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2016e, p.3).

Ao se referirem a Lula, os editoriais o definiam como manipulador, charlatão, populista. Além disso, qualificavam suas ações como sendo voltadas para preparar o terreno para uma volta ao Palácio do Planalto, primeiro em 2014, por fim, em 2018. Diferentemente de 1964, quando o Estadão se referia basicamente à figura do presidente João Goulart, em 2016, o jornal preferiu influenciar a opinião pública não limitando críticas à ex-presidenta, mas também ao PT e principalmente a Lula.

Pode-se expor, para fins de exemplificação, outro trecho do editorial *O fim do torpor*, que dá mais relevância ao ex-presidente do que a Dilma Rousseff, mesmo esta sendo a figura central naquele momento:

O impeachment da presidente Dilma Rousseff será visto como o ponto final de um período iniciado com a chegada ao poder de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, em que a consciência crítica da Nação ficou anestesiada. A partir de agora, será preciso entender como foi possível que tantos tenham se deixado enganar por um político que jamais se preocupou senão consigo mesmo, com sua imagem e com seu projeto de poder; por um demagogo que explorou de forma inescrupulosa a imensa pobreza nacional para se colocar moralmente acima das instituições republicanas; por um líder cuja aversão à democracia implodiu seu próprio partido, transformando-o em sinônimo de corrupção e de inépcia. De alguém, enfim, cuja arrogância chegou a ponto de humilhar os brasileiros honestos, elegendo o que ele mesmo chamava de “postes” – nulidades políticas e administrativas que ele alçava aos mais altos cargos eletivos apenas para demonstrar o tamanho, e a estupidez, de seu carisma. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2016e, p.3)

Em outros momentos, a linha editorial trouxe afirmações que podem ser definidas como preconceituosas. No dia da votação do impeachment, 31 de agosto de 2016, no editorial *O fim do torpor*, usa as seguintes expressões: “lorotas que o ex-metalúrgico contou” e “quando o ex-retirante nordestino chegou ao poder”. Apesar de atributos verdadeiros (ex-metalúrgico e ex-retirante nordestino), a construção textual e o contexto podem induzir o leitor a interpretar os termos de forma estereotipada e, por consequência, preconceituosa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve similaridades no discurso do jornal O Estado de São Paulo no período em torno das quedas de João Goulart e de Dilma Rousseff? Sim. Muitas. O discurso conservador é, talvez, a maior característica do jornal e é observada em qualquer opinião do jornal na linha do tempo. O jornal nunca se mostrou simpático a qualquer governo que fugisse da lógica que envolvesse estes elementos: a tradição, a propriedade privada, o mercado, o trabalho subordinado ao capital.

Podemos relacionar esse discurso às duas rupturas políticas discutidas neste artigo, pois os governos de João Goulart e Dilma Rousseff, bem ou mal, buscavam inserir na pauta das políticas públicas temas que fugiam da lógica do núcleo duro do capitalismo. Um ou outro defendia reforma agrária, nacionalização de recursos estratégicos, transferência de renda para as classes menos favorecidas, valorização da mulher.

O Estadão tem por regra editorial rotular medidas que vão no sentido oposto aos seus paradigmas de ferirem o interesse nacional e de seguirem no caminho contrário à opinião pública.

Há indícios de influência nos processos das rupturas políticas, ao contribuir com a criação de figuras estereotipadas, numa aliança tácita com outros grandes formadores de opinião. Em 1964, os editoriais insistiram permanentemente em aderir ao presidente João Goulart os rótulos de “revolucionário”, “comunista”, “subversivo”. A Dilma, o termo “incompetente” cercou, principalmente, nos momentos decisivos de seu governo.

Apesar de o foco deste artigo ser a relação do jornal O Estadão com os governos de João Goulart e de Dilma Rousseff, ficaria incompleto não estabelecer conexão com Luís Inácio Lula da Silva. Nas mensagens diretas e subliminares do periódico, o ex-presidente surge como maior inimigo. Raramente, as ações da presidenta Dilma são dissociadas do ex-presidente. Percebe-se com clareza que um possível retorno à presidência da República em 2018 perturba os dirigentes de O Estadão e o processo de impeachment, com seus ingredientes políticos, foi o terreno ideal para atacar Lula.

O processo contínuo e sistemático de qualquer veículo de comunicação de dirigir ao leitor determinados conceitos tem por objetivo formar opinião. E essa foi a intenção de O Estadão ao construir seus editoriais em 1964 e em 2016. Obviamente conseguiu. Parte do que se viu nos movimentos contrários a João Goulart e a Dilma Rousseff tinham contribuição do jornal.

5 REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 17ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.
- FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual da redação**. 7ª ed. São Paulo: Publifolha, 2001.
- FONSECA JÚNIOR, Wilson C. **Análise do Conteúdo** in: Duarte, Jorge; Barros, Antônio (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas. p. 280-304, 2005.
- GARCIA, Luiz (org.). **O Globo. Manual de Redação e Estilo**. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1992.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- JINKINGS, Ivana; Doria, Kim; Cleto, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LOZANO, José Carlos. **Hacia La reconsideración del análisis de contenido en la investigación de los mensajes comunicacionales**. In: Ruiz, Enrique Sanchez; Barra, Cecília Cervantes (org.). Investigar la comunicación: propuestas iberoamericanas. Guadalajara: Universidad de Guadalajara/Alaic, 1994.
- MARTINS, Eduardo (org.). **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo**. 3ª ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MELO, José M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- NIXON, Raymond. **Análisis sobre periodismo**. Quito: Ciespal, 1963.
- O ESTADO DE SÃO PAULO, **Código de Conduta e Ética**. Disponível em: http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf. Acesso em: 25/09/2017.
- _____. Os grandes comícios. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 12 mar. 1964a.
- _____. O direito pelo avesso. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 13 mar. 1964b.
- _____. O comício. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 14 mar. 1964c.
- _____. Uma lição da História para o Brasil. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 31 mar. 1964d.
- _____. O significado maior de uma vitória. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 02 abr. 1964e.
- _____. Depois do desastre, o esquecimento. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 11 mai. 2016a.
- _____. Retorno à irrelevância. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 12 mai. 2016b.
- _____. O PT abre o jogo. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 26 ago. 2016c.
- _____. Um tigre de papel. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 31 ago. 2016d.
- _____. O fim do torpor. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, p. 3. 31 ago. 2016e.
- O GLOBO, **Princípios Editoriais**. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em: 24/09/2017.
- PRONER, Carol (Org.) *et al.* **A resistência internacional ao golpe de 2016**. Bauru, São Paulo: Canal 6, 2016.
- SILVA, Hélio; Carneiro, Maria Cecília R. **História da República Brasileira, O Golpe de 64**. São Paulo: Editora Três, 1998.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SOUSA, Jorge P. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso, um guia para estudantes de graduação**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- STUMPF, Ida Regina C. **Pesquisa Bibliográfica** in: Duarte, Jorge; Barros, Antônio (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.